

EDITORIAL

Heron Gordilho

Prezados leitores,

A primeira seção da Revista Brasileira de Direito Animal v.14, n.3 Ano 2019 será de Bioética, com o artigo **Las Distintas Modificaciones Del Código Civil Español Y, Su Repercusión En La Mujer Y La Familia/As Diferentes Modificações Do Código Civil Espanhol e seu Impacto nas Mulheres e na Família**, do professor doutor Salvador Morales Ferrer, do Programa de Estudos Jurídicos e Ciência Política da Universidade de Valencia, que aborda a situação da mulher espanhola no século XIX, a partir da sua submissão à figura do *Pater Família*, até que a Constituição espanhola de 1978, juntamente com o novo Código Civil espanhol, lhes assegura uma maior autonomia.

Em seguida o leitor vai encontrar o artigo **Ayahuasca: Commerce Équitable for the Empowerment and Protection of Indigenous People's Intellectual Property Rights / Ayahuasca: Economía Solidária para o Empoderamento e Proteção dos Direitos de Propriedade Intelectual dos Povos Indígenas**, da Professora Visitante da UFBA, doutora Marta Carolina Giménez Pereira, em co-autoria com Samantha Albuquerque de Mello, graduanda em Direito pela Universidade Católica de Salvador, que analisa a proteção ao conhecimento e à medicina tradicional em relação ao consumo de Ayhuasca, uma bebida psicoativa indígena utilizada em rituais religiosos.

Ainda na seção de bioética encontraremos o artigo **Biopoder, biopolítica e bioética: reflexões sobre o aborto seletivo como movimento de eugenia pós moderna/ Biopower, biopolitics, and bioethics: reflections on selective abortion as a postmodern eugenics movement**, do professor da Universidade de Marília, doutor Valter Moura do Carmo, que em co-autoria com a doutoranda Patrícia Silva de Almeida, faz uma análise dos dilemas do aborto seletivo e dos avanços atuais da bioética, a partir dos conceitos de Biopoder e Biopolítica de Michel Foucault.

Na seção de Direito Animal, o leitor vai encontrar o artigo **A (in) efetividade de proteção da Lei Arouca quanto ao uso de animais na pesquisa jurídica / The effectiveness of Arouca Act on the use os animals in legal research**, da professora doutora Selma Rodrigues Patterle, da UNILASSALE, em co-autoria com a professora doutora Fernanda Luiza Fontoura de Medeiros, da PUC/RS, que analisa a eficácia da proteção constitucional dos animais de laboratório a partir da Lei Arouca.

Em seguida, teremos o artigo **Direito regulatório comportamental: vida selvagem e sustentabilidade no contexto da Agenda 2030 / Behavioral regulatory law: wildlife and sustainability on the contexto of Agenda 2030**, do professor Doutor Henrique Ribeiro Cardoso, da Universidade Federal de Sergipe, em coautoria com o mestrando bolsista CAPES, Pedro Meneses Feitosa Neto, da Universidade Tiradentes, que analisa a baixa adesão às normas de proteção ambiental, a partir da Agenda 2030 da ONU.

Ainda nessa seção teremos o artigo **Panorama da proteção jurídica animal na Alemanha/ An overview of the legal animal protection in Germany**, da professora Doutora Leticia Albuquerque, da Universidade Federal de Santa Catarina, que juntamente com a Doutoranda Paula Galbiatti Silveira, analisa a proteção jurídica dos animais na Alemanha.

Por fim, na seção de Peças Jurídicas, vamos encontrar Ação Civil Pública proposta pelo Promotor de Justiça Laerte Fernando Levai, do **Ministério Público do Estado de São Paulo v. Município de Aparecida**, visando abolir a utilização de charretes naquele município.